



TRANSPARÊNCIA E CONFORMIDADE REGULATÓRIA DE XAMPUS E LOÇÕES PEDICULICIDAS VENDIDOS ONLINE NO BRASIL

Costa, L. D.¹; Silva, A. B. S.²; Souza, T. N.¹; Nascimento, P. C.¹; Sarquis, B. F. C.³; Haber, G. Z.⁴

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Parasitária na Amazônia (PPG-BPA). Universidade do Estado do Pará. Leilacosta.bio@gmail.com.

² Graduanda em Biomedicina. Centro Universitário Estácio de Belém.

³ Graduanda em Biomedicina. Centro Universitário FIBRA.

⁴ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Rede BIONORTE (PPG-BIONORTE/UFGA). Universidade Federal do Pará (UFGA).

Linha de pesquisa: Parasitologia, Biologia e Controle de Vetores.

RESUMO

A pediculose, uma ectoparasitose causada pelo *Pediculus humanus capitis*, altamente prevalente entre crianças, sobretudo na faixa etária escolar, configura-se como um problema persistente de saúde pública. Embora não represente ameaça grave, a infestação provoca desconforto, estigma social e absenteísmo escolar e frequentes. No Brasil, o mercado de produtos para tratamento ou prevenção da pediculose é amplo, diversificado e frequentemente marcado por estratégias de marketing que podem confundir consumidores. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo avaliar a clareza, transparência e conformidade regulatória de produtos pediculicidas comercializados na internet, destacando possíveis riscos ao consumidor. Foi realizada uma análise documental sistemática, entre outubro e novembro de 2025, de 25 produtos disponíveis para compra online em lojas digitais e marketplaces. Para cada item, foram avaliados: nome comercial, tipo de produto (xampu e loção), ingrediente ativo principal e sua concentração, presença de: número de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), indicação



etária, detalhamento do modo de uso, advertências de segurança, tempo de ação, precauções, propagandas e alegações enganosas ou absolutas quanto à eficácia, e categoria. Dos 26 produtos analisados, 22 apresentaram informações completas, rotulagem clara e situação regulatória compatível com sua proposta de uso. Esses produtos pertenciam majoritariamente ao grupo que utilizava princípios ativos regulamentados, como permetrina, deltametrina e dimeticona, substâncias amplamente reconhecidas por sua eficácia e tradicionalmente enquadradas nas normas sanitárias brasileiras. De modo geral, tais produtos exibiram: registro ANVISA válido, instruções detalhadas, advertências padronizadas e orientações seguras para aplicação em crianças. Por outro lado, 6 produtos foram classificados como suspeitos/irregulares, seja pela ausência de registro, falta de informações essenciais ou presença de alegações terapêuticas incompatíveis com sua categoria regulatória. Observou-se que a maioria desses produtos se apresentava como “naturais”, “livres de química” ou “100% vegetais”, frequentemente associando essa característica a suposta superioridade terapêutica. Tais itens exibiam, recorrentemente, omissões de composição detalhada, ausência de indicação etária, instruções vagas e promessas exageradas, como “eliminação imediata”, contrariando diretrizes da legislação sanitária vigente. Um caso particularmente grave foi identificado: raio-mosca, inseticida doméstico cuja aplicação em humanos é proibida por apresentar alta toxicidade. Já existem declarações da ANVISA indicando que seu uso para tratar piolhos é perigoso e ineficaz. Sua presença em plataformas online demonstra uma falha relevante de fiscalização digital. Os resultados indicam a coexistência de um mercado regulado e seguro com um segmento paralelo de produtos irregulares, que exploram o apelo ao “natural” e a percepção de menor toxicidade por parte dos consumidores. Tal cenário evidencia vulnerabilidades na fiscalização digital, além de potencial risco sanitário, especialmente porque a pediculose afeta majoritariamente crianças. As irregularidades observadas não estão relacionadas ao fato de o produto ser natural, mas ao uso inadequado para evitar registro sanitário e fazer alegações terapêuticas indevidas. Conclui-se haver necessidade de maior vigilância sobre produtos comercializados online, bem como ações educativas que ampliem a capacidade dos consumidores de identificar produtos seguros e adequados. O estudo reforça a importância da transparência regulatória, da clareza das informações e do fortalecimento das plataformas digitais como ambientes de venda responsáveis.

Palavras-chave: Pediculose; Informação de Saúde ao Consumidor; Rotulagem de Produtos.

Instituição financiadora (opcional): O presente trabalho não recebeu auxílio financeiro.